

Relatório

Consulta Pública

(Apresentação de resultados)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

Geraldo Alckmin

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ministro de Estado

Guilherme Castro Boulos

Secretário-Executivo

Josué Augusto do Amaral Rocha

Secretária Nacional de Participação Social

Izadora Gama Brito

Diretor de Participação Digital e Comunicação em Rede, Substituto

Gabriel Gattás Guerra

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Ministro de Estado

Jader Barbalho Filho

Secretário-Executivo

Hailton Madureira de Almeida

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental

Leonardo Carneiro Monteiro Picciani

Diretor do Departamento de Cooperação Técnica

Marcello Martinelli de Mello Pitrez

Coordenador-Geral de Planejamento e Monitoramento

Geraldo Lopes da Conceição Cunha

Coordenador de Planejamento e Monitoramento

Samuel Weimar Cavalcante e Silva

EXPEDIENTE

EQUIPE BRASIL PARTICIPATIVO

ELABORADO POR

Cristiane Lopes de Assis

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretor de Participação Digital e Comunicação em Rede, Substituto

Gabriel Gattás Guerra

Coordenadora-Geral de Participação Digital

Dannytha Rayres Lopes Câmara

Coordenadora-Geral de Comunicação em Rede, Substituta

Emanuelle Rodrigues de Souto

ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Cristiane Lopes de Assis

Rafaela Mendes Serique

COLABORADORES

Universidade de Brasília

Carla Silva Rocha Aguiar

João Pedro Amoêdo de Victor Coutinho

Joyce Dionizio de Mesquita

Leonardo da Silva Gomes

Leonardo Lago Moreno

Leonardo Michalski Miranda

João Egewarth

Paulo Gonçalves Lima

Ricardo Augusto Poppi Martins

ELABORADO POR EQUIPE TÉCNICA DO PLANSAB

Átila de Azevedo Caparrosa

Antônio Luiz Menezes de Andrade

Geraldo Lopes da Conceição Cunha

Lucas Paulo Pinheiro

Rafaela Mendes Serique

Samuel Weimar Cavalcante e Silva

Thiago Lappicy Lemos Gomes

Tomás Shoji Miyashiro

PROJETO GRÁFICO

Arte em movimento

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Arte em movimento

Rafaela Mendes Serique

DATA

Dezembro de 2025

LOCAL

Brasília-DF

CONTATO PARA INFORMAÇÕES ADICIONAIS

participacaodigital@presidencia.gov.br

61-3411-2331

<https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/Plansab>

plansab@cidadades.gov.br

61-3142-0636

<https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/plano-nacional-de-saneamento-basico-plansab>

SUMÁRIO

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	2
2. INTRODUÇÃO	6
3. METODOLOGIA	7
3.1. Metodologia da Consulta Pública	
3.2. Sistematização dos dados	
4. DADOS DOS ACESSOS	10
4.1. Dados de acesso	
4.2. Acesso por Estado Brasileiro	
4.3. Acesso por tipos de dispositivo	
5. DADOS DA CONSULTA PÚBLICA	14
5.1. Dados das Contribuições	
5.2. Categoria Institucional	
5.3. Síntese das Contribuições por palavras	
5.4. Síntese das Contribuições por itens	
6. ANÁLISE DA CONSULTA PÚBLICA	22
6.1. Análise das Contribuições	
6.2. Síntese conclusiva	
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
7.1. Plataforma Brasil Participativo	
7.2. Equipe Plansab	

1

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este relatório documenta o resultado da trilha da Consulta Pública para a revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) ano-base 2022, hospedada na plataforma Brasil Participativo, no período de 20 de outubro a 18 de novembro de 2025. Os dados apresentados são exclusivamente gerados pela plataforma e outros documentos e registros devem ser considerados para complementar as informações e refletir a revisão do plano como um todo.

Dados de acesso: No período analisado, a página oficial recebeu 1.941 visitantes e foi exibida 6.762 vezes. Os acessos se deram majoritariamente por computador (80%), seguido de smartphone (20%).

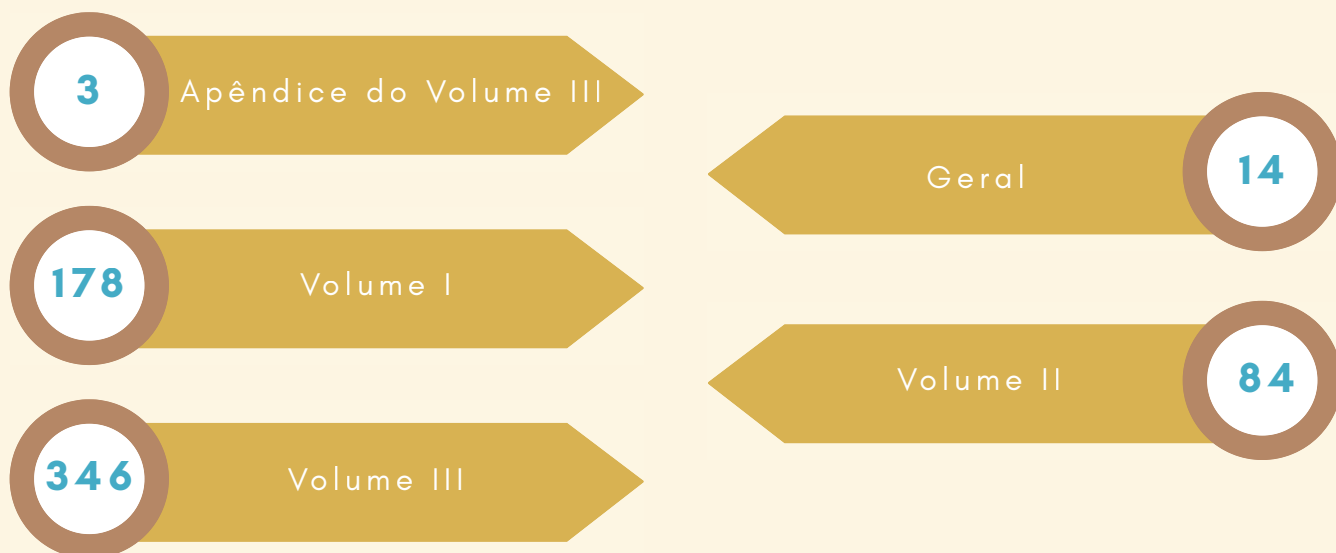
Identifique-se: Foram recebidas 37 respostas aos formulários. 46% do governo municipal e 19% do governo federal e sociedade civil.

Consulta Pública: 434 contribuições foram registradas. 89 delas foram do parágrafo 8. Indicadores e Metas (Volume III), seguido da introdução com 54 contribuições e 2. Bases legais e competências institucionais (Volume I) com 40 contribuições.

Importante destacar que a Coordenação do Plansab autorizou o envio de anexos em formato PDF. Alguns órgãos e instituições optaram por utilizar essa extensão, ficando sob responsabilidade da Coordenação realizar o desdobramento dos arquivos e a inserção das informações na planilha.

Ao final desse processo, foram contabilizadas 625 contribuições.

Assim distribuídas:



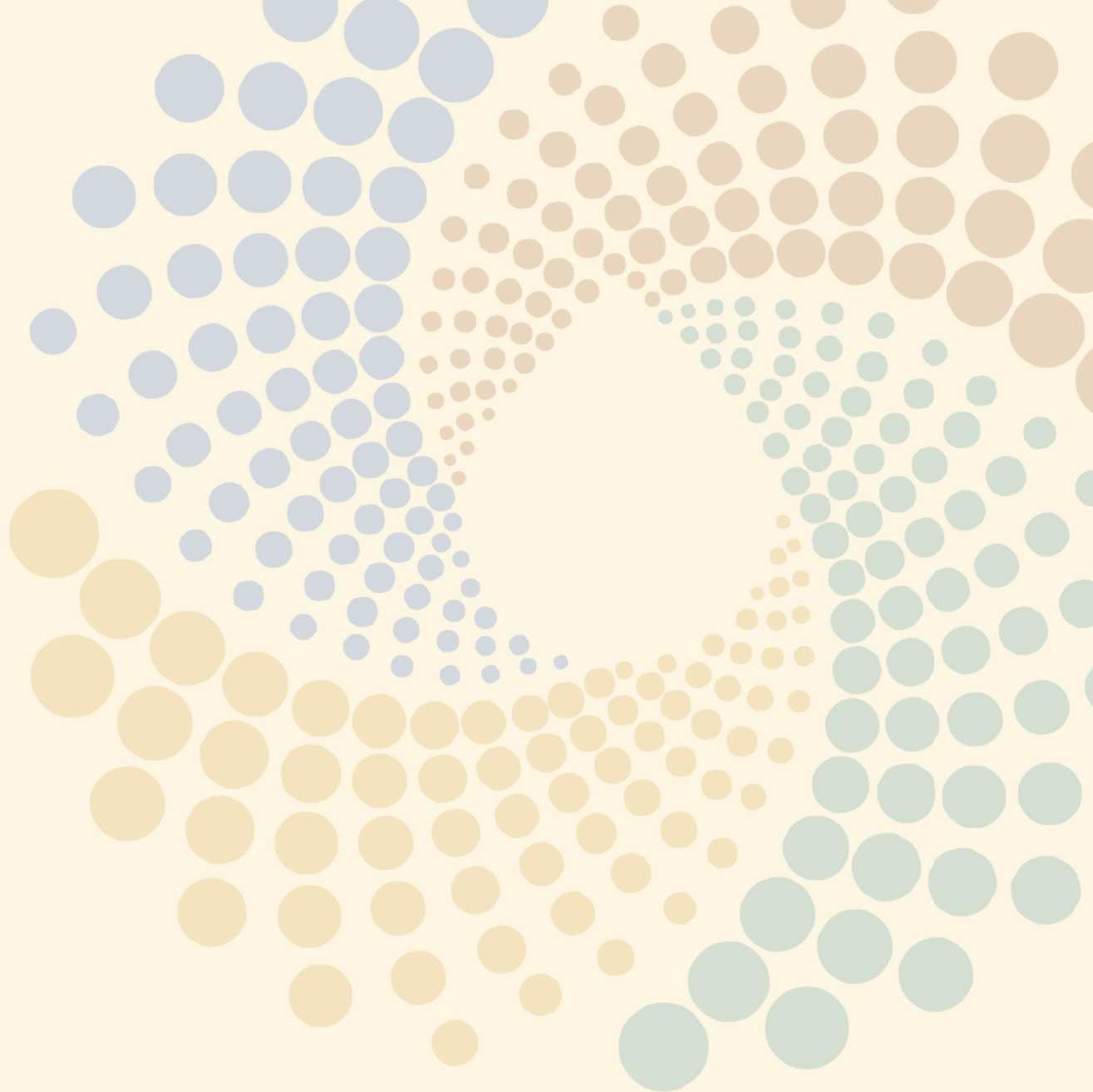
PRINCIPAIS NÚMEROS

6.762 EXIBIÇÕES DE
PÁGINA

1.941 VISITANTES

37 IDENTIFIQUE-SE

434 CONSULTA
PÚBLICA



2 INTRODUÇÃO

2

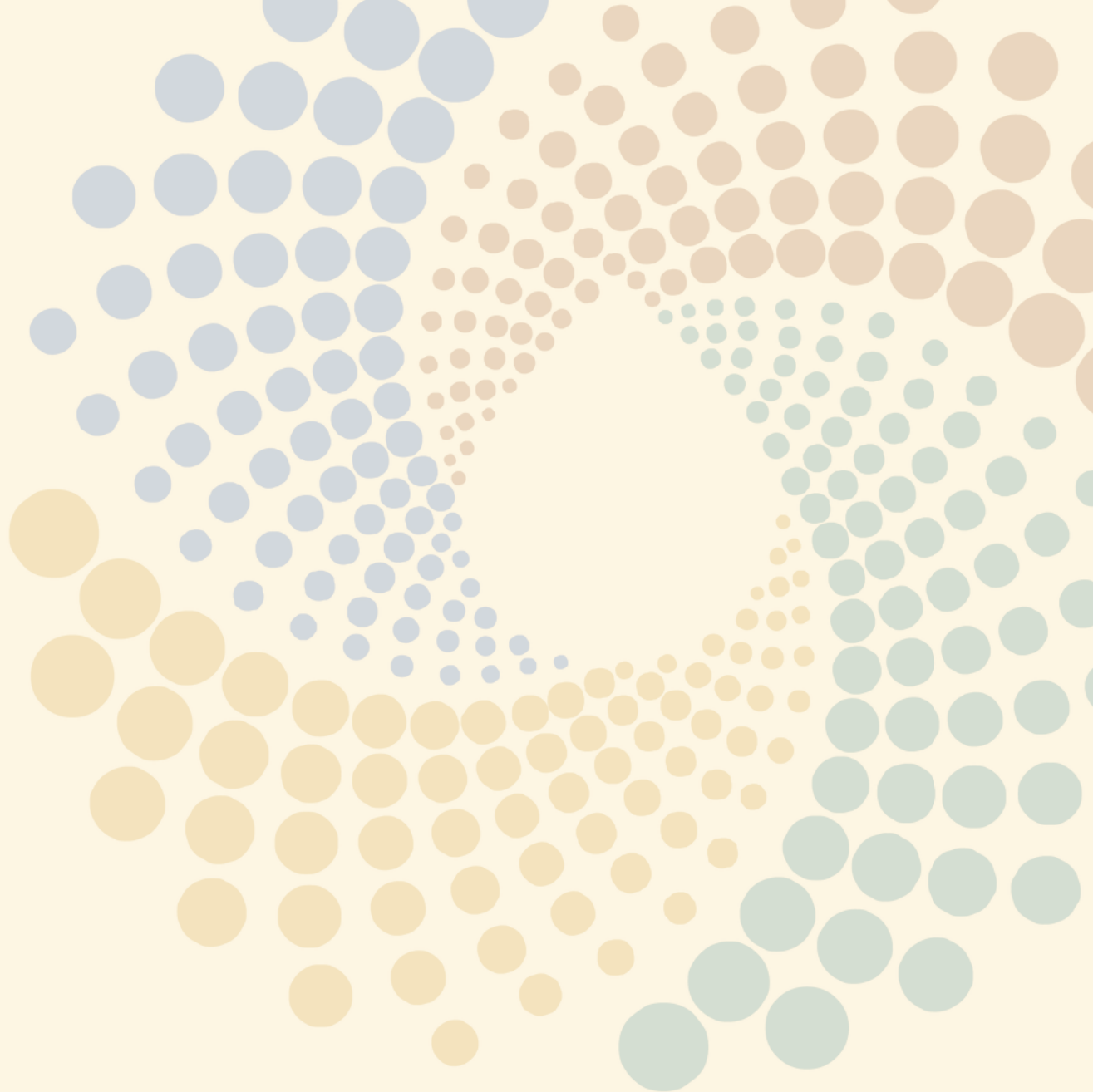
INTRODUÇÃO

A Consulta Pública para a revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), ano-base 2022, é um processo consultivo previsto na legislação federal que fortalece a participação social na formulação da política de saneamento básico. Conduzida pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, a iniciativa busca coletar contribuições da sociedade para o aperfeiçoamento do planejamento integrado dos quatro componentes do saneamento: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

A revisão ocorre em um contexto marcado pelos impactos da pandemia de Covid-19 e pela incorporação dos dados do Censo Demográfico 2022, o que levou ao ajuste do cronograma e à realização da consulta no segundo semestre de 2025. A participação é essencial para qualificar a redação e subsidiar a consolidação dos volumes da revisão do Plansab, reforçando o compromisso com a transparência, o diálogo social e a universalização do saneamento básico no país.

As manifestações foram enviadas por meio de formulário específico, disponibilizado na Plataforma Brasil Participativo, no período de 20 de outubro a 18 de novembro de 2025,

O presente relatório consolida os resultados desta consulta pública e apresenta os dados de acesso à página no período analisado.



3 METODOLOGIA

3

METODOLOGIA

3.1. Metodologia da Consulta Pública

Cada participante pôde enviar quantas propostas julgarem necessários e foi permitindo, anexar documentos complementares.

As contribuições foram realizadas no formato de sugestões de redação alternativa específica aos dispositivos da minuta e foram analisadas com as devidas justificativas identificadas com o objeto de contribuição, fortalecendo o caráter colaborativo e coletivo da consulta.

A estrutura metodológica foi organizada em 28 (vinte e oito) itens, conforme distribuição dos volumes I, II e III. Com a seguinte orientação:

Todos os comentários devem sinalizar o capítulo, a página e o número da linha sobre a qual se refere. Isso permitirá localizar o trecho em questão e compreender o contexto de sua sugestão. Exemplo: Capítulo 1 - Página 11, linha 22, comentário [...]. Importante salientar que quando propuser uma alteração, inclusão ou retirada de texto nas minutas, apresente a nova redação sugerida de forma clara e objetiva. Por exemplo: "Capítulo 1 - Página 11, linha 22, sugiro a seguinte redação: 'Nova redação proposta...'. traia a atenção do seu leitor destacando um dos seus pontos principais neste espaço.

3.2. Sistematização dos dados

Tanto a organização dos dados, quanto as análises combinaram métodos quantitativos e qualitativos e os resultados apresentados de acordo com cada elemento das minutas (volumes e apêndices).

Visando ampliar a participação social, foi permitido o envio de arquivos em extensão PDF, sendo que alguns órgãos e instituições enviaram suas contribuições nesse formato.

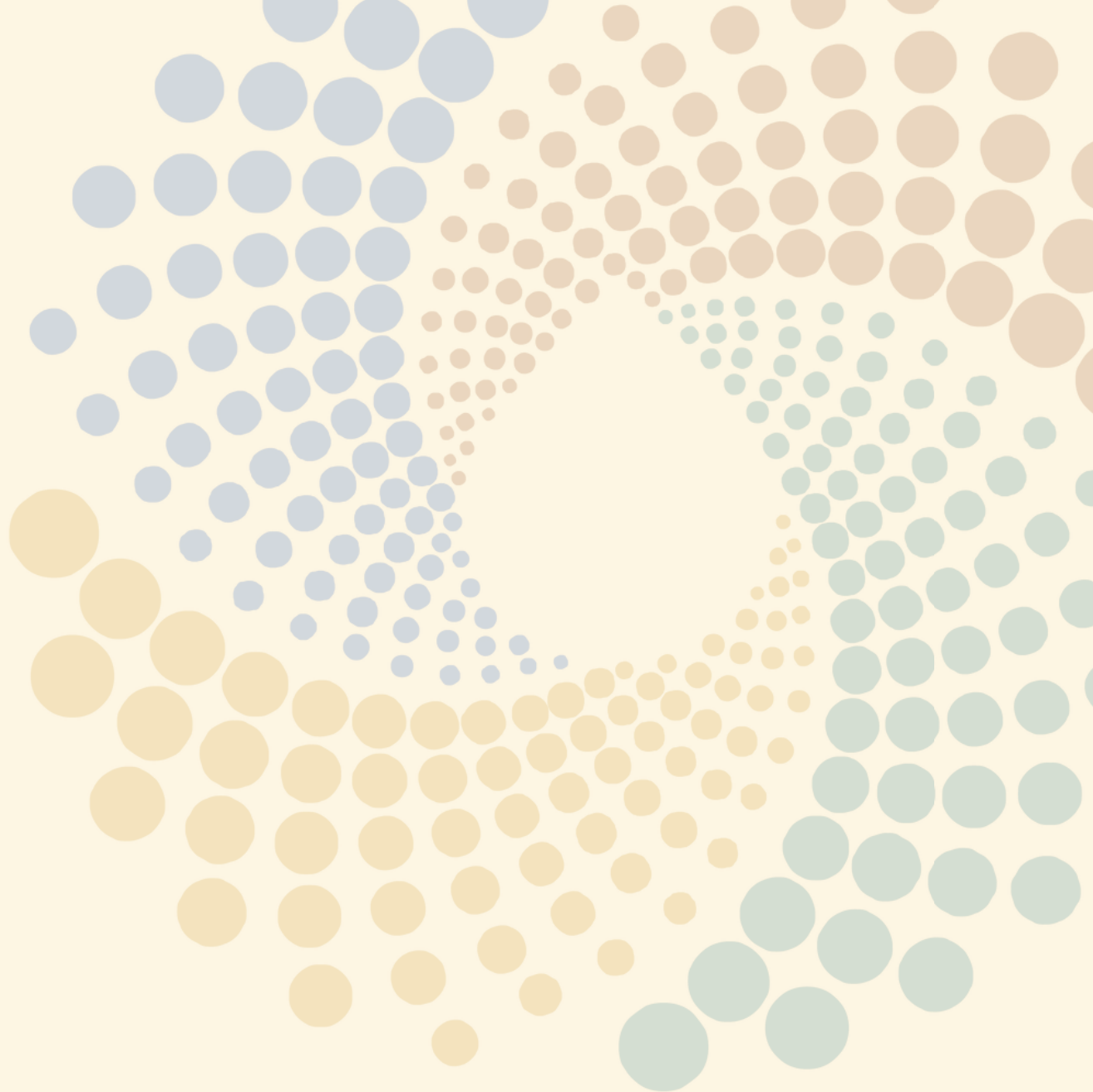
Inicialmente, as propostas foram extraídas da plataforma Brasil Participativo em formato de planilha, em extensão .xlsx (Ms Excel) e a Coordenação de Planejamento e Monitoramento da Diretoria de Cooperação Técnica da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades (CGPMO/DCT/SNSA/MCID), a organizou em planilhas complementares para organização do trabalho e também para apresentação dos dados para este relatório.

Assim, além da planilha gerada diretamente pela plataforma (Brasil Participativo), com 434 contribuições, foram elaboradas outras planilhas para, dentre outras medidas, agregar as contribuições constantes nos documentos anexos complementares. O desmembramento dos arquivos complementares resultou em 625 contribuições no total.

As contribuições foram organizadas de acordo com os volumes e sendo avaliadas em reuniões diárias da equipe, com bastante discussões sobre as propostas.

O processo analítico seguiu cinco etapas principais: leitura exploratória inicial; organização do material alinhadas aos volumes; análise das contribuições; atualização dos volumes para o aprimoramento e por fim, elaboração do relatório.

Essa metodologia buscou assegurar consistência técnica e valorização das colaborações de todos os participantes da consulta pública.



4

DADOS DOS ACESSOS

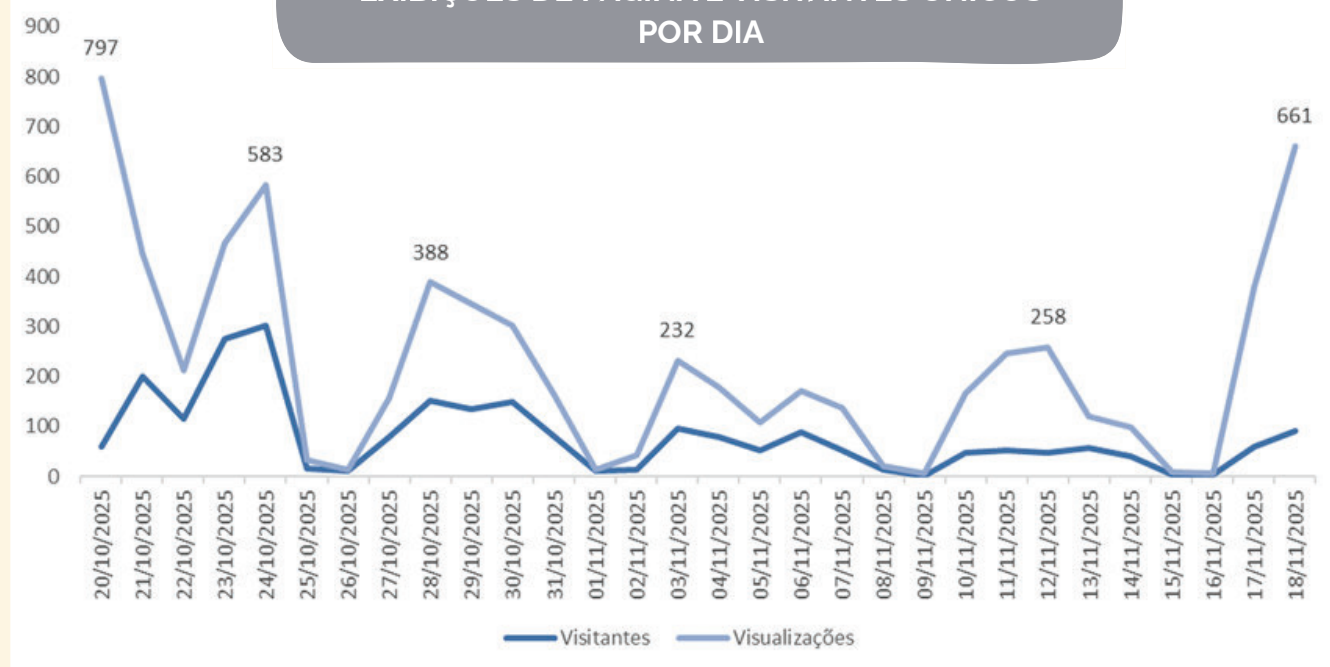
4 DADOS DOS ACESSOS

4.1. Dados de acesso

A página da consulta pública recebeu, no período de 20 de outubro a 18 de novembro de 2025, 1.941 visitantes, que é o número de indivíduos distintos que visitaram a página no período. A página foi exibida 6.762 vezes e a taxa de rejeição, ou seja, a quantidade de visitantes que acessaram apenas uma página antes de sair do site completamente, sem interagir com qualquer outra, foi de 69%. A duração média das visitas foi de 4 minutos, entendendo visitas como o número total de sessões iniciadas por visitantes no site durante um período específico.

A página, durante o período analisado, teve alguns picos. Os maiores picos se deram no primeiro e último dia de consulta, com 797 exibições de página e 59 visitantes únicos no dia 20 de outubro, e 661 exibições de página e 91 visitantes únicos no dia 18 de novembro.

Gráfico 4.1
EXIBIÇÕES DE PÁGINA E VISITANTES ÚNICOS
POR DIA

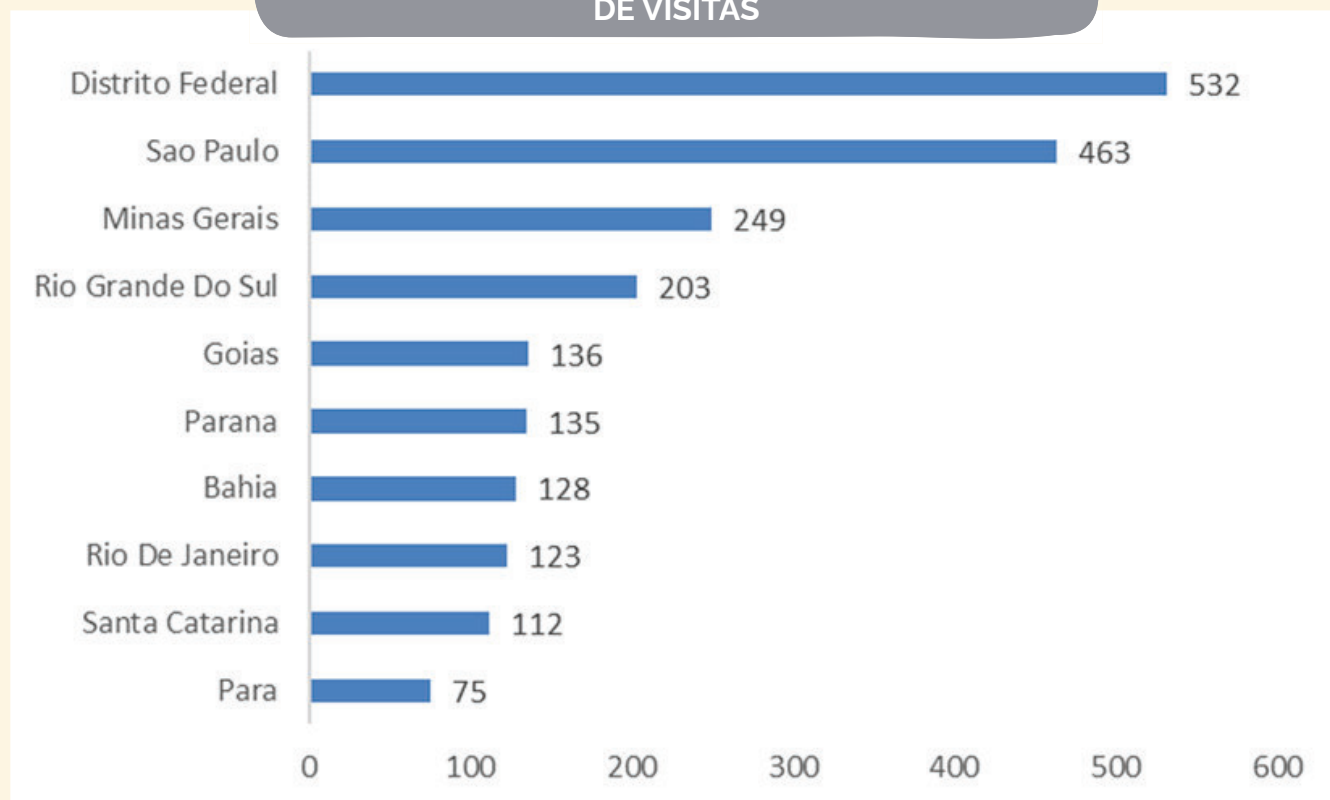


IPs de 9 países, além do Brasil, acessaram a página. No Brasil, o estado que mais visitou a página foi Distrito Federal com 532 visitas, seguido de São Paulo e Minas Gerais, com 463 e 249 visitas, respectivamente.

4.2. Acesso por Estado Brasileiro

A seguir, apresenta-se o gráfico 4.2, referente ao acesso por estados brasileiros.

Gráfico 4.2
ESTADOS BRASILEIROS COM MAIOR NÚMERO DE VISITAS

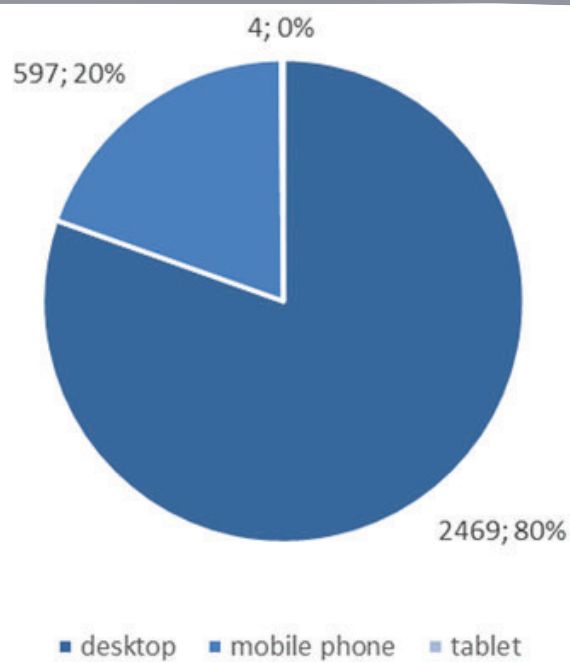


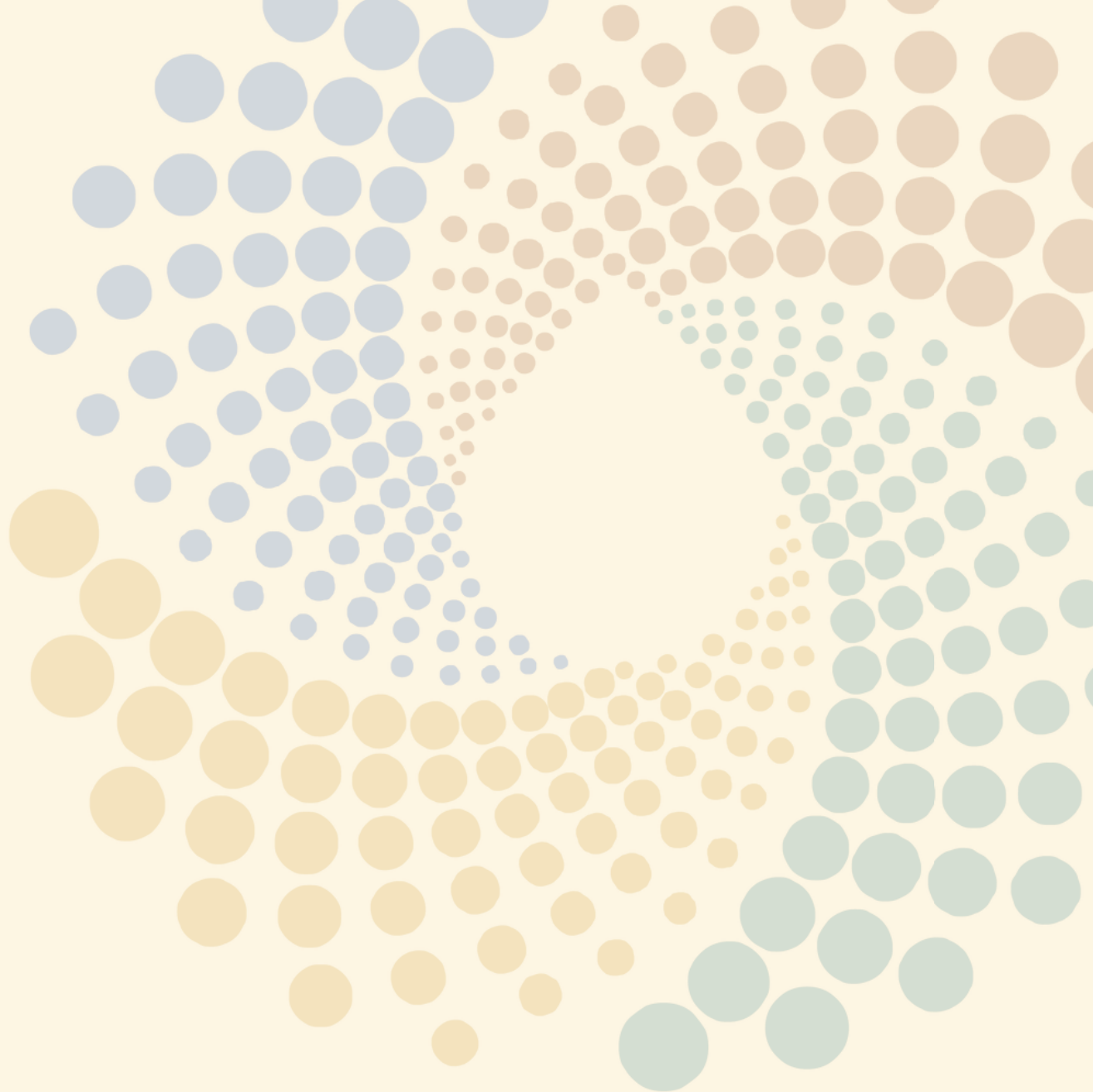
4.3. Acesso por tipos de dispositivo

A maioria das visitas à página se deu por computador, representando 80% dos acessos, seguido por smartphone, representando 20% dos acessos.

Conforme demonstrado no gráfico da próxima página.

Gráfico 4.3
DISPOSITIVO DE ENTRADA





5 DADOS DA CONSULTA PÚBLICA

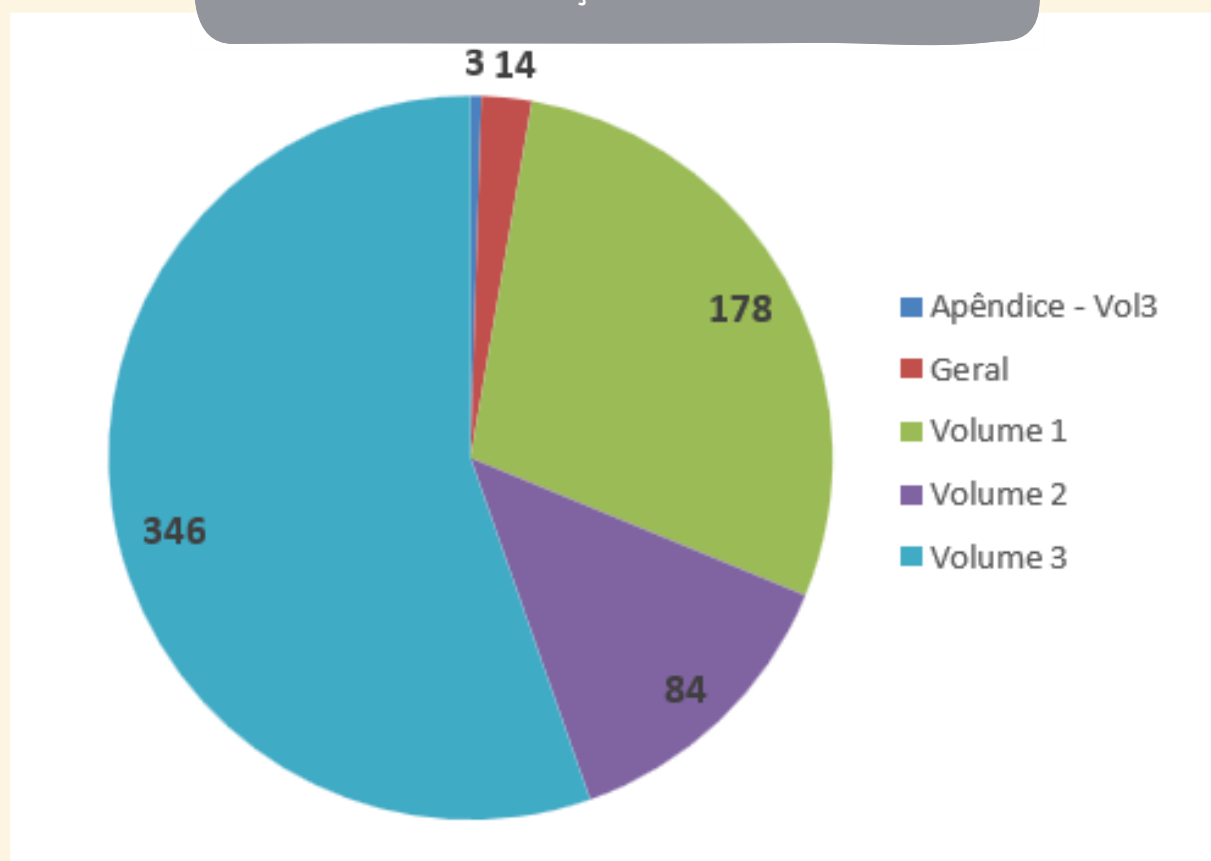
5 DADOS DA CONSULTA PÚBLICA

5.1. Dados das Contribuições

Entre 20 de outubro e 18 de novembro, 34 usuários diferentes contribuíram com a revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico.

Foram 434 propostas na plataforma e 194 recebidas por meio de arquivo em anexo. Totalizando 625 contribuições.

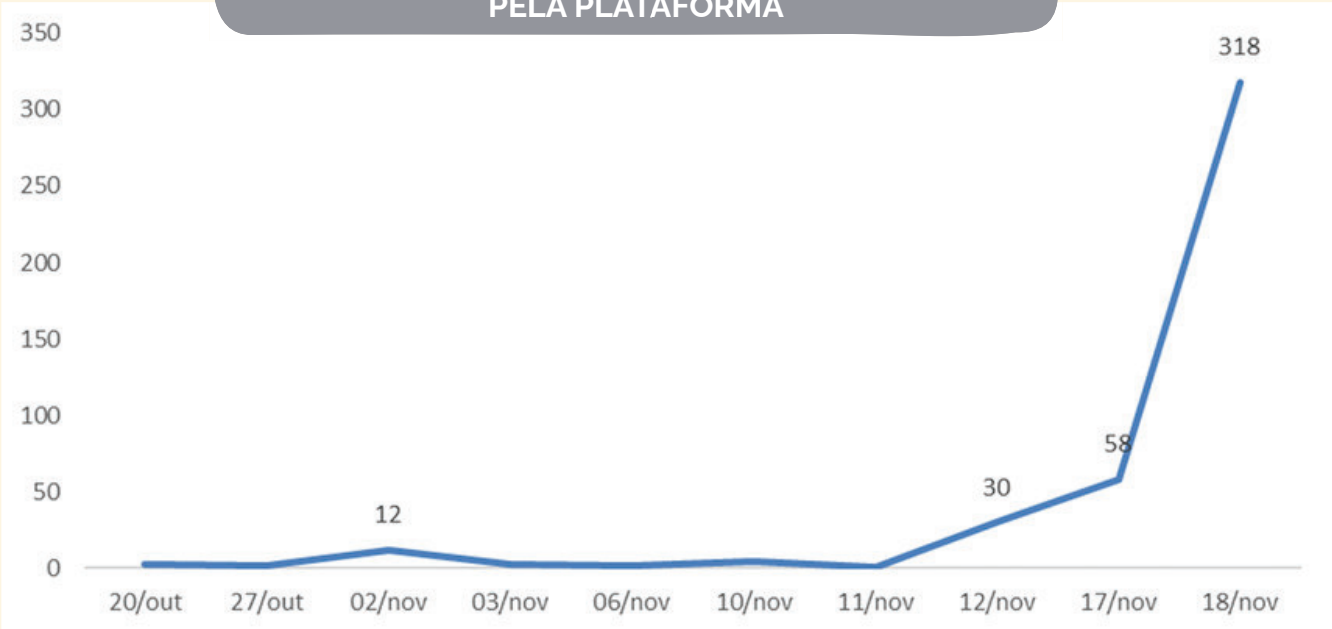
Figura 4.1
CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS



O último dia da consulta pública foi o dia que mais recebeu contribuições pela plataforma, ao todo foram 318, não contando os arquivos anexos.

Ao longo do período não houve muita variação quanto ao envio de contribuições, conforme ilustrado no gráfico 5.1, a seguir:

Gráfico 5.1
**PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÕES POR DIA
PELA PLATAFORMA**



5.2. Categoria Institucional

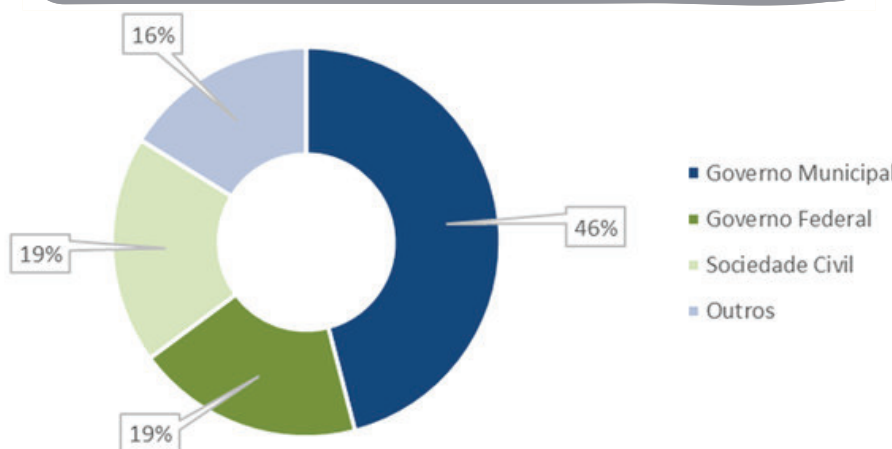
Na plataforma foi criado um formulário intitulado de "Identifique-se".

O objetivo desta aba foi permitir que a Coordenação responsável pelo Plansab acompanhe e mensure a participação dos órgãos, entidades e instituições cadastradas para realizar contribuições.

Foram recebidas 37 respostas

Nesse contexto, observa-se a seguinte distribuição: 46% correspondem ao governo municipal, enquanto 19% são do governo federal e da sociedade civil, conforme Gráfico 5.2 alocado na próxima página.

Gráfico 5.2
FORMULÁRIO IDENTIFIQUE-SE DISPONIBILIZADO NA PLATAFORMA



5.3. Síntese das Contribuições por palavras

A partir das contribuições realizadas na plataforma (sem contar dos anexos) durante a Consulta Pública, apresenta-se uma nuvem de palavras a partir dos termos mais recorrentes.

Essa representação visual permite identificar, de forma intuitiva, os temas e conceitos que tiveram maior destaque entre os participantes. Além disso, facilita a compreensão dos assuntos mais enfatizados.

Gráfico 5.3
NUVEM DE PALAVRAS



A nuvem de palavras mais a frente mostra centralidade em “água”, “saneamento”, “esgoto” e “serviços”, indicando a prioridade dada à universalização do acesso e à qualidade da prestação do serviço. Termos como “municípios”, “planos”, “gestão” e “capacidade” apontam preocupações com a governança, o papel dos entes locais e a necessidade de fortalecimento institucional. A presença recorrente de “investimentos”, “indicadores”, “metas” e “monitoramento” sugere demanda por planejamento mais robusto, mensurável e orientado a resultados. Também ganham destaque “resíduos”, “drenagem” e “áreas rurais”, revelando a expectativa de abordagem integrada do saneamento e atenção às desigualdades regionais. Por fim, referências a “saúde”, “meio ambiente” e “justiça” reforçam a visão do saneamento como política estruturante para a qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental e a redução das iniquidades sociais.^[1]

5.4. Síntese das Contribuições por itens

A seguir, com relação as propostas realizadas na plataforma, apresenta-se a Tabela 5.1 por tipo de contribuições de acordo com os itens/parágrafos disponibilizados.

Importante ressaltar que esses itens foram organizados de acordo com os sumários dos volumes e geradas pelo sistema, porém, não contém as contribuições feitas pelos anexos em PDF.

Tabela 5.1
**TIPO DE CONTRIBUIÇÕES POR ITENS
 DA PLATAFORMA (EXCETO ANEXOS EM PDF)**

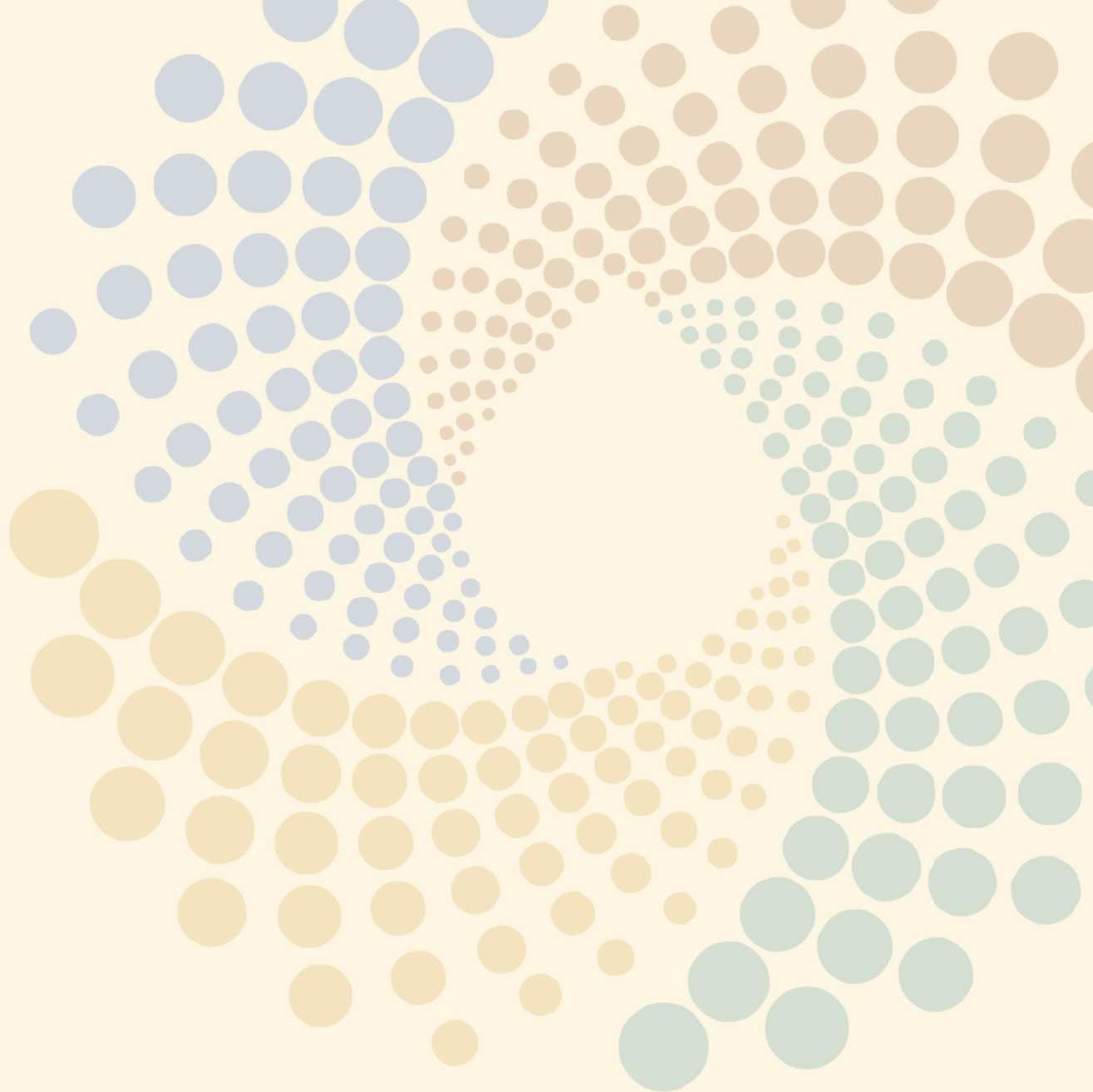
Título	Total de comentários
8. Indicadores e Metas (Volume III)	89
1. Introdução (Volume I)	54
2. Bases legais e competências institucionais (Volume I)	40
7. Cenários para a política de saneamento básico no País (Volume III)	34
3.1. Princípios Fundamentais (Volume I)	32

Tabela 5.1
**TIPO DE CONTRIBUIÇÕES POR ITENS
 DA PLATAFORMA (EXCETO ANEXOS EM PDF)**

Título	Total de comentários
5.1. Abastecimento de água potável (Volume II)	27
3.3. Diretrizes (Volume I)	21
4. Conceitos (Volume I)	17
11. Programas (Volume III)	15
5.5. Análise situacional - Gestão dos serviços de saneamento básico (Volume II)	13
5.2. Análise situacional - Esgotamento sanitário (Volume II)	12
6. Investimentos (Volume III)	11
9. Necessidades de Investimentos (Volume III)	9
5.4. Análise situacional - Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas (Volume II)	7
3.2. Princípios Fundamentais incorporados pelo Marco Legal (Volume I)	7
10. Estratégias BLOCO C (Volume III)	6
5.3. Análise situacional - Limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos urbanos (Volume II)	5

Tabela 5.1
**TIPO DE CONTRIBUIÇÕES POR ITENS
 DA PLATAFORMA (EXCETO ANEXOS EM PDF)**

Título	Total de comentários
10. Estratégias BLOCO A (Volume III)	5
10. Estratégias BLOCO B (Volume III)	5
5.11. Análise situacional – Saneamento básico nas áreas de favelas e comunidades urbanas (Volume II)	4
5.10. Análise situacional – Saneamento básico nos diferentes tipos de áreas rurais (Volume II)	4
5.8. Análise situacional – Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (DRSAI) (Volume II)	4
10. Estratégias BLOCO D (Volume III)	3
12. Monitoramento (Volume III)	3
5.7. Análise situacional – Acesso ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário em territórios quilombolas (Volume II)	2
5.12. Análise situacional do saneamento indígena no Brasil (Volume II)	2
5.9. Análise situacional – Saneamento básico nas escolas (Volume II)	2
5.6. Análise situacional – Caracterização do déficit aos serviços de saneamento básico, por cor ou raça (Volume II)	1



**ANÁLISE DA
CONSULTA
PÚBLICA**



ANÁLISE CONSULTA PÚBLICA

6.1. Analise das Contribuições

Após o encerramento do período de contribuições, procedeu-se à análise detalhada de todas as propostas apresentadas, conduzida por equipe técnica multidisciplinar, considerando critérios de aderência ao escopo, à finalidade e à natureza do Plano.

De maneira geral, observou-se intensa participação da sociedade, o que reforça o reconhecimento do tema do saneamento básico como eixo estruturante do desenvolvimento socioeconômico e da qualidade de vida da população brasileira. Diversas contribuições apresentadas ainda na fase de audiências públicas foram incorporadas para esta consulta e algumas delas se repetiram, o que nos fizeram considerar como já incorporadas. Ademais, novas contribuições, muitas das vezes repetidas por diferentes contribuintes, foram incorporadas por trazerem mais didática ao texto. Outras foram incorporadas considerando que houve uma mudança de leiaute dos capítulos e precisaram ser mais detalhadas, conforme sugestões do público. Algumas contribuições ainda carecem de dados e foram observadas considerando-se a legislação vigente, pós-2022, fato este que decidiu-se por registrar para futuras análises.

Neste sentido, considerando somente os itens com capítulos identificados (427 ou 68,32% do total), tem-se a seguinte distribuição:

Capítulo	Qtd	%	Volume
1	47	11,01%	Volume 1
2	37	8,67%	
3	60	14,05%	
4	8	1,87%	
5	60	14,05%	Volume 2
6	20	4,68%	Volume 3
7	47	11,01%	
8	96	22,48%	
9	9	2,11%	
10	21	4,92%	
11	19	4,45%	
12	3	0,70%	
Total Geral	427	68,32%	

Das 625 contribuições recebidas, 242 foram acatadas ou acatadas parcialmente, 276 contribuições não foram acatadas por diversas razões, devidamente justificadas, especialmente pela necessidade de se manter a integralidade e a coerência do documento como um todo e 94 contribuições serão incorporadas futuramente, nos processos das próximas revisões.

Após criteriosa avaliação, verificou-se que parte das contribuições não pôde ser incorporada ao documento final, por não apresentarem compatibilidade com as diretrizes e com o papel institucional do Plano Nacional., bem como algumas se trataram de sugestões com base em normativos posteriores ao ano-base de 2022. o que feriria a consistência e harmonização do plano. As razões que fundamentaram essa decisão encontram-se detalhadas a seguir.

Diferenças entre planos nacionais e planos locais

Uma das principais dificuldades identificadas nas propostas recebidas diz respeito à compreensão das diferenças estruturais entre um plano de caráter nacional e os instrumentos de planejamento de natureza municipal ou regional. O Plano Nacional de Saneamento Básico não se destina à elaboração de diretrizes operacionais específicas para cada território, mas sim à formulação de orientações e metas gerais que orientem a atuação dos diferentes entes federados. Enquanto os planos municipais de saneamento devem definir ações concretas, prazos e cronogramas de execução sob a responsabilidade direta dos titulares dos serviços — que, conforme a legislação, são os municípios — o Plano Nacional tem como função primordial propor e coordenar políticas de alcance nacional, organizando diretrizes, metas agregadas e prioridades de investimento no plano federativo.

Nesse sentido, muitas das contribuições apresentadas sugeriam medidas de execução direta ou ações com escopo local, não cabendo sua incorporação a um instrumento de articulação estratégica nacional. O Plansab deve respeitar a autonomia dos municípios, articulando, todavia, mecanismos de cooperação e assistência técnica entre os entes, mas sem assumir funções de gestão ou execução local das ações de saneamento.

Natureza técnico-executiva do Plano e limitação da linguagem acadêmica

Outro aspecto identificado na análise refere-se ao uso de linguagem e estrutura conceitual de caráter predominantemente acadêmico em várias propostas recebidas. O Plano Nacional de Saneamento Básico, embora fundamentado em evidências e no conhecimento científico disponível, caracteriza-se essencialmente como um instrumento técnico e executivo de política pública. A finalidade de tal plano não é a produção de conhecimento, mas a aplicação de conhecimentos consolidados em dados, informações e sistemas de informações, de modo a orientar decisões governamentais.

Dessa forma, a incorporação de abordagens de natureza teórica ou conceitual, fora de um contexto de operacionalização, não se mostrou compatível com a estrutura e o propósito do documento. O Plano deve descrever o contexto situacional do setor, apresentando um diagnóstico baseado em evidências empíricas e em sistemas oficiais de informação, além de definir, em diálogo com a sociedade e os governos subnacionais, as prioridades e estratégias para melhoria dos serviços. A linguagem precisa ser acessível e pragmática, permitindo a efetiva mobilização dos órgãos de governo e dos agentes executores, e não a reprodução de categorias próprias do campo acadêmico.

Distinção entre planejamento e regulação setorial

Diversas contribuições apresentadas também evidenciaram confusões entre as funções de planejamento e de regulação do setor de saneamento básico. É fundamental destacar que, embora ambos os instrumentos se complementem, possuem naturezas distintas e finalidades próprias. A regulação atua sobre a relação contratual e operacional entre os prestadores de serviços e os titulares, buscando assegurar qualidade, eficiência e equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Já o planejamento, em especial o planejamento setorial expresso no Plansab, tem como foco a proposição de intervenções estruturais e programáticas voltadas à transformação da realidade do acesso e da cobertura dos serviços.

Nesse contexto, o Plano Nacional de Saneamento Básico não se destina a estabelecer parâmetros regulatórios ou a intervir na estrutura contratual dos serviços, atribuições que competem às agências reguladoras e aos instrumentos jurídicos pertinentes. Seu papel é traçar diretrizes de longo prazo para a universalização, a sustentabilidade e o fortalecimento institucional do setor, promovendo integração com políticas correlatas, mas sem interferir na esfera regulatória.

Diferenciação institucional e abordagem temática

Outro ponto de recorrência nas propostas analisadas diz respeito à dificuldade, por parte de alguns proponentes, em reconhecer a diversidade de abordagens e atribuições existentes no âmbito da administração pública federal. Há temas correlatos ao saneamento básico que são tratados sob perspectivas distintas por diferentes ministérios e órgãos governamentais. Questões ambientais e de recursos hídricos, por exemplo, integram o escopo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), enquanto o Plano Nacional de Saneamento é uma atribuição do Ministério das Cidades, cuja ótica é pautada por objetivos de desenvolvimento urbano, infraestrutura e serviços públicos essenciais.

Essa distinção institucional é fundamental, uma vez que as políticas públicas de ambos os ministérios, embora complementares, operam por instrumentos próprios. Assim, as contribuições que demandavam ações ou medidas específicas de caráter ambiental, ou de regulação de recursos naturais, foram consideradas fora do escopo deste Plano. O Plansab reconhece a interdependência entre saneamento e meio ambiente, mas sua atuação concentra-se nas dimensões de planejamento, gestão e execução dos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana.

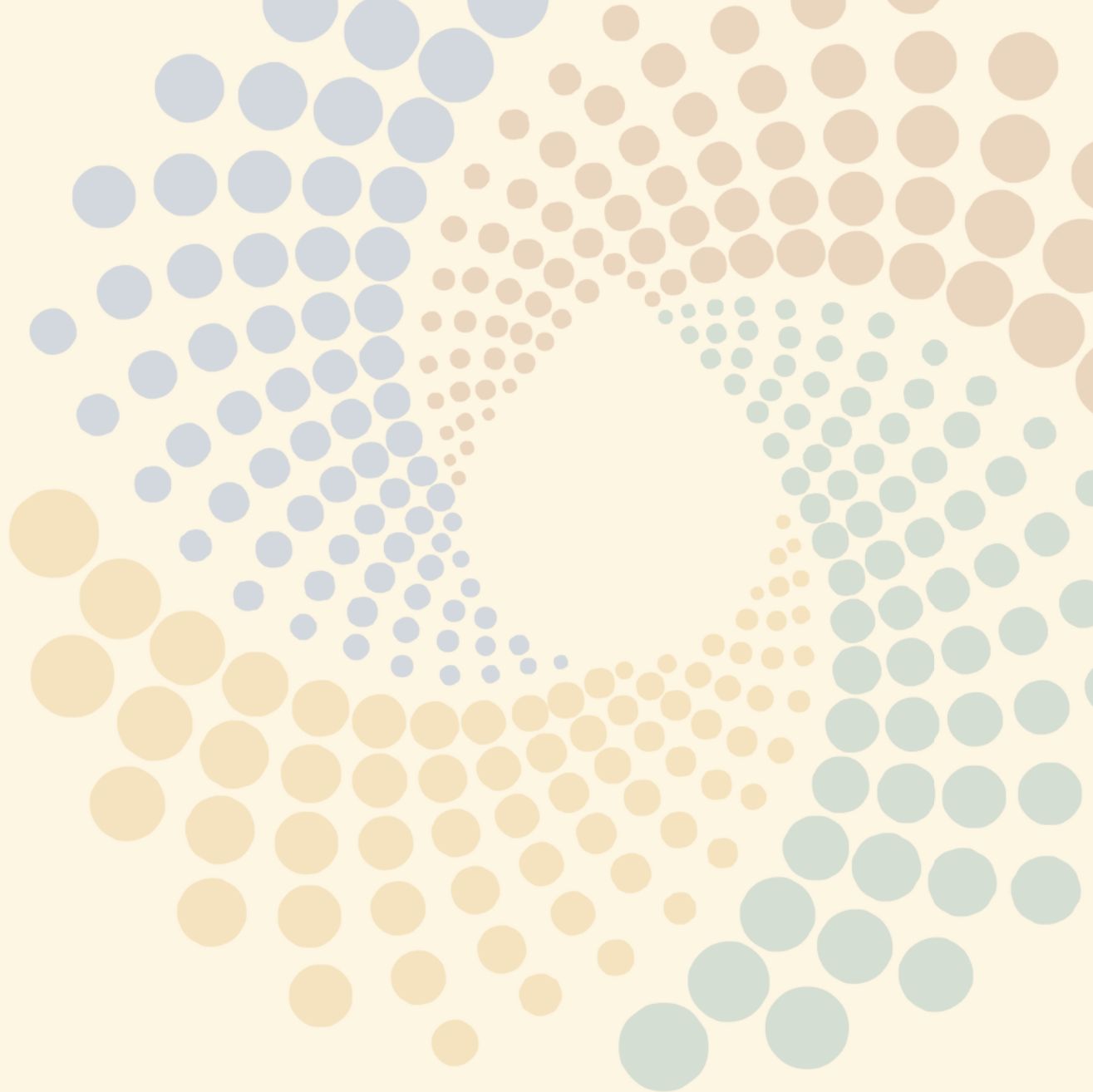
Porém, nada impede que haja, em alguns momentos, uma análise de interoperabilidade, principalmente no campo das estratégias e indicadores, em que ações podem ser compartilhadas e tratadas conjuntamente nos temas correlacionados.

6.2. Síntese conclusiva

Em síntese, o processo de análise das contribuições reforçou a importância de manter o Plano Nacional de Saneamento Básico como um instrumento de planejamento estratégico de caráter federativo, alinhado às competências legais de cada ente e orientado por uma lógica de execução técnica e institucionalmente coerente. O aprimoramento do documento incorporou contribuições que se mostraram compatíveis com essa natureza e que puderam agregar clareza, aperfeiçoar indicadores ou aprimorar os mecanismos de monitoramento e avaliação.

O conjunto das propostas não incorporadas, embora relevante para o debate público, foi considerado mais adequado a outros espaços de formulação de políticas, como programas setoriais específicos, planos municipais e estaduais, ou instâncias de regulação e controle social. Outras contribuições foram registradas e serão objeto de futuras considerações na próxima revisão.

Com isso, reforça-se o compromisso do Ministério das Cidades em zelar pela consistência técnica, coerência institucional e efetividade prática do Plano Nacional de Saneamento Básico, assegurando que este continue a servir como instrumento eficaz de coordenação das ações voltadas à universalização, sustentabilidade e melhoria contínua dos serviços de saneamento no Brasil.



7

CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 Plataforma Brasil Participativo

A participação da sociedade na gestão de políticas e programas do Governo Federal é uma forma do Estado brasileiro reconhecer a importância das contribuições da sociedade civil de modo a fortalecer a democracia, fomentar a cidadania e aprimorar a eficácia da Administração Pública.

Neste contexto, é fundamental que a organização do processo participativo utilize os dados disponíveis para criar estratégias que incentivem uma maior participação dos cidadãos nos seus processos de consulta.

É primordial também que os órgãos informem aos cidadãos os resultados dessa mobilização. Assim, ao término do processo, os organizadores devem compartilhar os resultados finais da consulta por meio da plataforma, garantindo transparência e prestação de contas à sociedade.

7.2 Equipe Plansab

A realização da consulta pública alcançou seu objetivo de forma plena, uma vez que, além de permitir a participação social por meio do encaminhamento de contribuições, resultou no aprimoramento da proposta dos Volumes do Plansab, além de direcionar mais adequadamente as fundamentações do documento.

Esta consulta se soma as realizações das audiências públicas, realizadas nos dias 9 e 19 de setembro de 2025, finalizando o processo de participação popular conforme determinado na legislação.

A CGPMO/DCT/SNSA/MCid teve a máxima consideração em todas as respostas e contribuições recebidas no âmbito da presente Consulta Pública.

Quando cabível, foram acolhidas as considerações, bem como as abordagens apresentadas, para a melhoria da Revisão do Plansab, ano-base 2022.

Ressalva-se, porém, que algumas das propostas, ainda que pertinentes, não abordam a matéria objeto e o ano de referência (2022), porquanto não foram consideradas para os efeitos específicos desta consulta.

Salienta-se, finalmente, o vasto conhecimento técnico dos participantes, demonstrado qualidade nas contribuições recebidas.



MINISTÉRIO DAS
CIDADES

